

A INCLUSÃO DO AUTISTA NA SALA DE ENSINO REGULAR DO JARDIM DE INFÂNCIA BRANCA DE NEVE: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

THE INCLUSION OF THE AUTIST IN THE REGULAR TEACHING ROOM OF THE WHITE SNOW KINDERGARTEN: A METHODOLOGICAL PROPOSAL

Maria do Socorro Gomes Silva ¹

RESUMO

Esta presente pesquisa tem como objetivo verificar de que forma o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) está sendo incluído na rede regular de ensino do Jardim de Infância Branca de Neve em Pedreiras - MA. Intenta-se relacionar quais metodologias estão sendo utilizadas pelo corpo docente da instituição, com as utilizadas no Atendimento Educacional Especializado na Unidade de Ensino Santo Antônio de Pádua e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pedreiras. Para tanto, foram realizadas pesquisas de campo nessas instituições, nas quais foram colhidos dados através de questionários respondidos pelos docentes que acompanham alunos com este transtorno. Os questionamentos evidenciaram que uma das causas que impedem a inclusão do aluno com autismo, e a dificuldade que os professores das instituições citadas têm para promover a interação dos alunos autistas com o restante da escola. Desta maneira, é preciso que os professores aperfeiçoem suas práticas adequando-as a todos os aprendizes. Nesse sentido, é imprescindível que cada professor possa refletir e questionar sobre suas práticas pedagógicas, quais os melhores métodos para trabalharem com esses alunos tão especiais. Na pesquisa, foi dada a sugestão do método Teacch que, segundo estudos, tem atingido melhores resultados, todavia; cada um deve e pode adaptá-lo a sua sala de aula e às necessidades de seus alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Espectro Autista. Inclusão. Autismo.

ABSTRACT

This research aims to verify how students with Autistic Spectrum Disorder (ASD) are being included in the regular education system of the Branca de Neve Kindergarten in Pedreiras - MA. We intend to relate which methodologies are being used by the teaching staff of the institution with those used in the Specialized Educational Attendance in the Santo Antônio de Pádua Teaching Unit and in the Association of Parents and Friends of Exceptional Children of Pedreiras. To this end, field research was carried out in these institutions, where data were collected through questionnaires answered by the teachers who follow students with this disorder. The questions showed that one of the reasons that hinder the inclusion of students with autism is the difficulty teachers of these institutions have to promote the interaction of autistic students with the rest of the school. Thus, it is necessary that teachers improve their practices by adapting them to all learners. In this sense, it is essential that each teacher can reflect and question their pedagogical practices, what are the best methods to work with these very special students. In the research, the Teacch method was suggested, which, according to studies, has achieved better results; however, each teacher should and can adapt it to their classroom and to their students' needs.

KEYWORDS: Autistic Spectrum. Inclusion. Autism.

¹ Mestra em Ciências da Educação e Supervisão Pedagógica - Escola Superior de Educação João de Deus, ESEJD, Portugal. Especialista em Psicopedagogia Institucional com Ênfase em Educação Especial - Faculdade Evangélica do Meio Norte, FAEME, Brasil. Especialista em Psicopedagogia Clínica - Faculdade Evangélica do Meio Norte, FAEME, Brasil. Especialista em Libras com Docência do Ensino Superior - Faculdade Evangélica do Meio Norte, FAEME, Brasil. Especialista em Gestão e Supervisão Escolar - Faculdade de Tecnologia Hokemã- FETEH. Brasil. Graduada em Pedagogia Licenciatura - Universidade Estadual do Maranhão, UEMA, Brasil. Graduada em Licenciatura em Letras/Libras - Faculdade Única de Ipinga, FUNIP, Brasil. **E-MAIL:**so-halinda@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6622397799464822

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão em salas de ensino regular tem sido a base de investigação da presente proposta. Vale ressaltar que, apesar das inúmeras mudanças que a sociedade atual vem passando, a inclusão de um aluno com alguma necessidade especial até hoje nos causa muitos questionamentos, por se tratar de uma temática inovadora, é desconhecida por alguns. A problemática que motivou este presente trabalho partiu dos questionamentos acerca de conhecer as dificuldades que interfere no acesso, permanência, e aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em salas de ensino regular.

A escola tem um papel essencial na vida de cada indivíduo, seja ele com necessidades ou não, além de ser um dever da família e do estado, inserir alunos com deficiências por mais graves que sejam em salas regular, é garantir um direito previsto na Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996, que passa a vigorar com algumas alterações em 04 de abril de 2013. Entende-se, que a democracia presente na educação só se evidencia quando o profissional se especializa para receber todos os tipos de alunos, com isso o professor aperfeiçoando as suas práticas e adequando-as às diversidades dos aprendizes, moderniza os sistemas educacionais, tornando-os, assim, aptos para atender as necessidades de cada um dos seus alunos.

A proposta assume, como objetivo, relacionar as metodologias utilizadas na instituição de ensino regular Jardim de Infância Branca de Neve na cidade de Pedreiras - MA, com as utilizadas nas instituições que funcionam o Atendimento Educacional Especializado; a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE de Pedreiras, e a Unidade de Ensino Santo Antônio de Pádua no município de Trizidela do Vale, com o objetivo principal de fazer uma análise dos índices de inclusão nas salas de ensino regular.

Quanto aos procedimentos metodológicos, fundamentaram-se através de uma abordagem qualitativa; de caráter exploratório e documental, por livros, revistas e artigos, e quantitativa; de caráter exploratório, por estudo de caso. Destacam-se ainda os sujeitos que compuseram a abordagem das pesquisas, duas professoras que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), e uma professora que atua no 2º ano do ensino regular.

Quanto à distribuição dos capítulos, organizou-se na seguinte estrutura: primeiro capítulo segue a introdução, no qual se abordam os elementos introdutórios, tais como o problema que gerou a pesquisa, o seu objetivo geral e sua importância para o ensino-aprendizagem, e os procedimentos metodológicos que conduziram a investigação. O segundo capítulo traz informações essenciais para o andamento da pesquisa, pois aborda o surgimento da educação especial e da educação inclusiva, expõe os seus objetivos e instituições criadas para atender qualquer tipo de deficiência ou necessidades especiais. O terceiro aborda questões relevantes sobre o conceito da inclusão de um modo geral, destacando também a inclusão escolar, e a importância da preparação das instituições para receberem alunos com necessidades especiais.

O quarto capítulo apresenta a história da educação do autista, aborda os estudos iniciais feito sobre este transtorno, seus conceitos e suas denominações até hoje. Destaca ainda o currículo da educação especial com ênfase no autismo que compreende um conjunto de modificações no planejamento, nos objetivos, nas atividades e nas formas de avaliar a pessoa como todo, apresenta ainda as leis que asseguram o direito à educação do autista. O quinto tópico da pesquisa apresenta o Método *TEACCH*, a sua importância e o uso desse método como incentivo à leitura e a escrita.

O sexto capítulo traz os procedimentos metodológicos, tais como os sujeitos que compuseram a investigação, o local e período das pesquisas, além de

evidenciar o modo como decorreu o trabalho. No sétimo capítulo mostra-se a análise e discussão dos resultados obtidos nas investigações. Discutiu-se os dados quantitativos, demonstrados através de gráficos e os dados qualitativos dissertados em forma de texto. Para o fechamento da proposta, apresentou-se a conclusão, onde se pode opinar e deixar uma evidenciação mais concreta acerca da investigação.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO AUTISTA

No âmbito educacional, as intervenções no ensino eram específicas e bem diferentes das desenvolvidas e vivenciadas nos dias de hoje, o autismo como a própria história nos mostra ficou um pouco de lado, porque vários estudiosos não se entendiam quanto ao diagnóstico, o que levou por muito tempo o autismo a ser confundido com a deficiência mental. As escolas por sua vez não estavam preparadas para receber esses alunos, mas por força das leis eram obrigadas a receber esses alunos e isso as levava a preocupar-se apenas com a matrícula e não havendo um projeto pedagógico para essa demanda, a fim de que pudessem mantê-los com qualidade de ensino. Segundo Belizário Júnior:

O aluno com autismo começou a frequentar o ensino comum nas últimas décadas e que até há pouco tempo essas crianças tinham destino bem diferente de seus pares e vivenciavam apenas os atendimentos clínicos e, quando muito, instituições de ensino exclusivamente para pessoas com tais transtornos (2010, p.44).

Os estudos de Leo Kanner e Hans Asperger nos anos 40 demonstram o fascínio que ambos sentiam por uma deficiência tão intrigante. Leo Kanner observou um grupo de 11 crianças em idades escolares (8 meninos e 3 meninas), e descreveu seus comportamentos da seguinte forma:

O denominador comum desses pacientes é sua impossibilidade de estabelecer, desde o começo da vida, interações esperadas com pessoas e situações [...] apreciam ser deixados sozinhos, agindo como se as pessoas em volta não estivessem ali [...] quase todas as mães relatam a perplexidade causada pelo fato dos filhos, diferentemente dos demais, não desejarem ser tomados em seus braços. (KANNER, 1966, P. 720)

Em 1970, a médica Inglesa Lorna Wing traduziu os estudos de Hans Asperger para o inglês, tornando-o conhecido como um dos tipos de autismo de alto desempenho e denominado síndrome de Asperger e que alguns estudiosos chamam de uma máquina de fazer gênio. Existe por parte das leis das políticas um interesse para a inclusão das pessoas com autismo no ensino regular comum. As leis estabelecem que os autistas tenham acesso à matrícula, a permanecer e, principalmente, a ter qualidade nos métodos pedagógicos, que serão diferenciados. E para isso temos a Secretaria de Educação Especial (SEESP), que desenvolve programas, projetos e ações a fim de implantar em todo país a política nacional de Educação Especial desde o ano de 2008.

Dentre todas as ações desenvolvidas pela (SEESP), está o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino, a oferta e garantia de atendimento educacional especializado, que complementa a escolarização regulamentada pelo Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

Vasques indica que é preciso superar a concepção da escola como lugar voltado para a socialização e adaptação das atividades com o acesso ao currículo. As pesquisas pautadas nas perspectivas da educação inclusiva indicam “[...] a necessidade da construção de espaços colaborativos refletirem sobre/aprender desses sujeitos e sobre os saberes/fazeres implicados nesse complexo e multideterminado processo” (VASQUES, 2008, p. 09).

A autora nos convida a colaborar com estudos sobre adaptação dessas crianças nas escolas, que elas deixem de ser tão objetivas em se tratando de crianças com autismo, já que o autismo é subjetivo, buscando possibilidades subjetivas educacionais dessas crianças compreendendo o espaço escolar da criança, que deverá ser o lugar social da criança.

Problematizou no sentido de aclarar as possibilidades de escolarização das crianças com autismo, sem desconsiderar ou minimizar as dificuldades e desafios no atendimento e escolarização dessas crianças. Ressaltou, em todo o trabalho, a aposta na educabilidade dos sujeitos como condição para construção de possibilidades de enfrentar os desafios e construir processos educativos, contribuindo assim “para a construção de um novo olhar acerca desses sujeitos, trincando, rompendo e interrogando conceitos marcados pela ineducabilidade e pela impossibilidade. (VASQUES 2003, p.144).”

Vasques aponta uma escolarização o quanto antes melhor, mas sem achar que com isso não terá problemas e do grande desafio dessa inclusão, que a educação caminho fundamental na vida dessas crianças, como meio de se reconhecer e fazer relação de significação com o outro, de perceber que faz parte desse meio social.

CONCEITUAÇÃO DO AUTISMO

Para melhor entendimento sobre temática apresentada torna-se crucial entender a origem do termo autismo. O referido termo foi usado pela primeira vez em 1911 pelo psiquiatra suíço Euger Bleuler, para designar a perda de contato com a realidade e consequente dificuldade ou impossibilidade de comunicação. A palavra de origem grega, “autos” que significa (próprio; eu). Nos anos 40, Leo Kanner e Hans Asperger foram os primeiros a estudar o autismo e usavam os termos autismo e autista para determinar quem quer que fosse, nascendo assim a designação que

Kanner e Asperger usavam para nomear o estudo de sua pesquisa. Até então os autistas eram considerados retardados mentais, loucos ou com distúrbios emocionais. Kanner concentrou seus estudos no autismo clássico, enquanto que Asperger descrevia indivíduos mais capacitados e inteligentes.

Nos anos 50 e 60, o psicólogo Bruno Bettlheim havia afirmado que a causa do autismo estava em pais que não conseguiam demonstrar carinhos por seus filhos o que os levavam ao isolamento mental, sendo denominado de mães geladeiras, esse diagnóstico causou grande retrocesso na educação dessas crianças, além do estigma que sofriam e do preconceito. De acordo com Belisário Júnior:

A formulação dessa hipótese se baseava apenas na descrição de casos e não havia comprovação empírica. Posteriormente, essa correlação se mostrou falsa, pois estudos mostraram que não havia diferença significativa entre laços afetivos de pais de crianças autistas e de outras crianças. Além disso, novos estudos evidenciaram a presença de distúrbios neurobiológicos. (2010, p.11)

Até 2012 o DSM-4, diagnosticava o autismo como um transtorno global de desenvolvimento de causas neurobiológicas definido por critérios exclusivamente clínicos, mas ainda não existem exames clínicos para diagnosticá-los e é obtido através da observação comportamental e o nível através de escalas. Classificando-se em diferentes transtornos com características em comum, capazes de afetar as funções qualitativas do desenvolvimento. Que eram eles:

- Autismo;
- Síndrome de Rett;
- Transtorno ou Síndrome de Asperger;
- Transtorno Desintegrativo da Infância;
- Autismo Atípico.

Já o DSM-5, divulgado em 2013, conceitua o autismo como Transtorno do Espectro do Autismo, classificado como um dos Transtorno do Neurodesenvolvimento, caracterizado pelas dificuldades

de comunicação e interação social e também os comportamentos restritos e repetitivos. A mudança na classificação do DSM-5 apresenta importantes mudanças em todos os critérios utilizados na efetivação do diagnóstico do TEA, aumentando a caracterização dos sintomas observando o processo da comunicação e interação social dos alunos com autismo.

LEGISLAÇÃO DA INCLUSÃO DO AUTISTA

As leis sempre quiseram, até mesmo através de a força colocar essa parte da sociedade, que até pouco tempo era excluída por muitos motivos em um projeto amplo de inclusão. O direito a educação para alunos com transtorno global de desenvolvimento está garantido por lei como dizem a Constituição Federal, 1988 e Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, 1996; porém, em se tratando dos alunos com transtorno global de desenvolvimento, constatamos que nem sempre encontraremos esses alunos numa sala regular, o que encontramos são dificuldades, limitações a conflitos vividos no dia-a-dia.

A Lei n 12.764/12 é chamada de Lei Berenice Piana. É a primeira lei que fala exclusivamente sobre os autistas. No Brasil essa lei tem gerado grande polêmica por causa do parágrafo sétimo que deixava brechas para que gestores recusassem as matrículas de autistas, no entanto, graças a Deus esse parágrafo foi vetado. A lei foi sancionada pela presidente Dilma Roussef e institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a lei diz que a partir desta data os autistas passam a ser considerados oficialmente pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país entre elas as de educação.

No Brasil, os direitos dos autistas são garantidos pelas leis 12.764, DE 27 DE dezembro de 2012. Intitulada lei Berenice Piano onde no seu Art. 3º, no III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo, IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante; e c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social. dentre outros. Em 2015 foi sancionada a LBI- Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto de pessoas com deficiência lei de nº 13.146 que também assegura direitos aos autistas como também de pessoas com outras deficiências. Ambas são de fundamental importância para para que os direitos das pessoas com TEA e de PCDs e suas famílias.

O MÉTODO TEACCH

O método *TEACCH* é uma sigla que significa Tratamento e Educação para Autista e Crianças com limitações (Handcapped) relacionadas à comunicação. O método foi desenvolvido na década de sessenta no departamento de psiquiatria da Faculdade de Medicina na Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, representando, na prática, a resposta do governo ao movimento crescente dos pais que reclamavam da falta de atendimento educacional para crianças com autismo na Carolina do Norte e nos Estados Unidos.

O *TEACCH* baseia-se na organização do ambiente físico por meio de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas. Com o tempo, o *TEACCH* foi implantado em salas especiais em número muito grande de escolas públicas nos Estados Unidos. Essa implementação se deu com tal empenho, tanto dos professores quanto do centro *TEACCH* da Carolina do Norte, que permitiu que esse método fosse sendo aperfeiçoado por meio do intercâmbio permanente entre a teoria do centro e a prática nas salas de aulas.

IMPORTÂNCIAS DO MÉTODO TEACCH NA SALA DE AULA

Uma sala de recurso *TEACCH* deve se localizar no interior de uma escola de ensino regular para poder promover a interação das crianças. O primeiro passo

para que esse aluno frequente a sala de recurso *TEACCH* e a avaliação feita através do teste Perfil Psicoeducacional (PEP-R, criado por Erico Schopler), este teste fornece informações sobre o nível de cada área de funcionamento onde está o desenvolvimento cognitivo; quais suas capacidades e ainda dados retirados da família, já que o método tem a família como co-terapeuta, depois de todos os testes e avaliações, e estabelecidos um programa educativo com objetivos muito claros que o autista executa através de um plano de intervenção individualizado. Segundo Pedrosa (2006), o ensino estruturado possui quatro componentes:

A primeira é a Estruturação Física: diz respeito à parte física das áreas de trabalho e as necessidades individuais de cada aluno, essa sala é constituída por sete áreas de trabalho. SCHWARTZMAN (1995, p. 240 á 242) acrescenta:

a – O ambiente deve dar informações sobre o que é solicitado ou esperado naquele espaço, de uma forma clara com acesso fácil da criança ao objeto de que fará uso ou o trajeto que deverá realizar; podem-se utilizar divisórias que ajudem a criança a entender onde cada área de trabalho começa e termina, bem como colaborar para estabelecer o contexto integrado das atividades menor do que seis meses e devem considerar as características específicas do grupo de estudantes: - atividade em grupo; ; b – Minimizar distrações visuais e auditivas a fim de possibilitar que o estudante preste atenção no conceito e não nos detalhes. Refere-se a um dado importante, objeto de estudo de Uta Firth; c- Estruturar as áreas básicas de trabalho: estes espaços devem ser permanentes, não devem ser trocados com uma frequência - canto livre (entre as sessões de trabalho, os estudantes ocupam o canto livre; a interferência dos técnicos deve ser mínima se restringindo aos cuidados básicos de segurança; - Área de transição (constitui a área que irá nortear a rotina do estudante; nela dispomos a programação do dia ou da semana.); - Área de trabalho: individual ou independente.

A primeira área de trabalho correspondente à estruturação física é a área do aprender- que dá ênfase ao ensino individualizado; a segunda, área do trabalho individual é autônomo; terceira, área do brincar, local onde a criança deve brincar ou aprender a brincar, tem como objetivo selecionar brincadeiras e destas interagir com outras crianças; quarta, é a área do computador, onde a criança terá acesso a computadores como estímulos às competências de atenção e concentração; quinta, área do trabalho em grupo, que tem como objetivo estimular a interação social; sexta, é a área da reunião, onde o objetivo é promover o desenvolvimento de competências ao nível das noções de tempo e espaço e compreensão de ordens verbais; sétima área é a transitória, que é o local onde se encontram os horários individuais dos alunos e para onde eles devem dirigir-se ao término de cada tarefa e consultem qual será a próxima.

A segunda é a Informação Visual, este componente da sala segundo o método *TEACCH* refere-se a todo visual da sala, como também do próprio aluno, esta deve ser bem identificada para que o aluno saiba o que está fazendo e o que vem em seguida, com horários claros de cada uma das atividades, diminuindo a falta de atenção, evitando assim a linguagem receptiva e promovendo uma maior participação nas tarefas.

A terceira é o Plano de Trabalho, o roteiro onde estão todas as tarefas das áreas de trabalho. E é composta por imagens que visualizem o número de tarefas e quanto tempo falta para ele terminar, ou uma agenda de imagens para que o aluno entenda o que se espera dele.

E por fim a quarta, as Pistas Facilitadoras do Desempenho que são objetos lógicos que têm como função ensinar o autista a olhar as instruções, por exemplo, copo para beber e talher e prato para indicar a hora do lanche, e também ensinam como fazer determinadas tarefas, lembrando que devem estar sempre compatíveis ao nível do desenvolvimento da criança.

O MÉTODO TEACCH COMO INCENTIVO DA LEITURA E DA ESCRITA

Ao longo de toda história, o ato de ler e escrever desempenhou um papel fundamental, tanto em nível pessoal, quanto em nível profissional, sendo o insucesso na leitura e na escrita também refletido na vida, e isso se torna mais difícil quando se vai ensinar pessoas com Transtorno do Espectro Autista, o TEA, uma vez que estes só aprendem de forma lógica. Mas o que é realmente leitura?

Maria Helena Martins (2007, p.74) diz que ler não é apenas decodificar e decifrar códigos linguísticos, que a leitura não está restrita ao livro ou ao jornal, como explicaria a leitura de um gesto, de uma situação, ler a mão, ler o olhar de alguém; ler o tempo; o espaço, indicando que o ato de ler vai muito além da escrita. Paulo Freire (1988) afirma que “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela”. Para esses dois autores, fica clara a forma do método Teacch de ensinar a leitura e a escrita a autistas, que usa a imagem como método estruturado, desde para ensinar o aluno a se vestir e se calçar até a ler e escrever, relacionando o desenho à escrita.

O autista pensa através da visão e não através da linguagem, por isso os substantivos são bem mais compreensivos para eles, pois sua mente pode relacionar a palavra à figura, desde que ele escute a palavra e veja a figura e a palavra escrita simultaneamente, o mesmo deve acontecer com os verbos. Autistas que não possuem linguagem verbal têm mais facilidade de associar palavras às figuras se visualizar a palavra escrita e a figura em um cartão; alguns ainda não entenderão desenhos e nesses casos é recomendável trabalhar primeiramente com objetos reais.

Alguns autistas, com funções bem mais comprometidas, não conseguirão ler as sílabas das palavras, mas todos poderão ler algumas palavras globalmente e para isso o professor deve ensinar as

palavras mais importantes. O professor deve sempre apresentar a figura com a palavra escrita para que ele (aluno) leia a ficha globalmente, trabalhando-se inicialmente poucas fichas por vez, depois que ele conseguir ler globalmente as fichas já trabalhadas, ir incluindo outras e assim sucessivamente.

Após a leitura da palavra globalmente e, feita a decomposição da palavra com a separação das sílabas, o aluno deve identificar as sílabas da palavra, estas devem estar misturadas, o aluno vai retirando sílaba por sílaba, colando-as na ordem até compor a palavra no papel.

Azevedo (2006, p.33), refere-se à leitura como “uma atividade cognitiva e compreensiva enorme e complexa, na qual intervêm o pensamento e a memória”. Numa capacidade de compreender e interpretar mensagens, que possibilita opinar e atribuir valor aquilo que lê. De fato, saber ler e escrever está ligado diretamente à vida e à sociedade. Quanto mais cedo os cidadãos tiverem acesso às informações através da leitura e da escrita, mais as nações se desenvolvem e progredem.

O aluno com autismo, como já foi dito em outras oportunidades, tem maior facilidade de compreender visualmente, mas é importante fazer uma avaliação para certificar-se de que o sistema de comunicação que está sendo adotado está claro para ele, por exemplo, para trabalhar a letra inicial, pegam-se alguns desenhos com figuras de animais que comecem com a letra que ele já conhece e se realiza a análise sonora e gráfica, ensinando o aluno a associar o desenho com a letra inicial.

Outro exemplo para trabalhar a escrita da palavra em sílabas deve ser usando palavras de objetos do convívio do aluno como: garfo, faca, copo, xícara, colher, sempre mostrando antes da palavra a imagem desses objetos; quebra-cabeça é um ótimo recurso para trabalhar o reconhecimento da escrita.

O aluno com Transtorno do Espectro Autista – TEA - precisa saber o porquê de cada atividade, para lhe

dar sentido; devem ser dadas respostas para perguntas como: Eu escrevo para quê? Com que finalidade? Sei sobre o que vou escrever? Nesse ponto, concordamos com Azevedo, (2006 p. 145) quando ele diz que “o objetivo da escrita é a transmissão de uma mensagem. E que na ausência de um dos interlocutores da comunicação, a mensagem perde seu principal objetivo.” Deste modo cabe ao professor selecionar as imagens para que o aluno saiba realmente o que está escrevendo e não dissociar a leitura da escrita, já que uma complementa e dá sentido à outra.

OBJETIVO

Investigar como a pessoa autista está sendo incluída na rede regular de ensino atualmente.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório; quanto aos objetivos de cunho descritivo; quanto ao objeto, baseou-se em uma estrutura bibliográfica, documental e estudo de caso. Wildemuth (1993) afirma que “a pesquisa qualitativa é geralmente associada à pesquisa exploratória interpretativa, enquanto a pesquisa quantitativa é associada a estudos positivistas confirmatórios.”

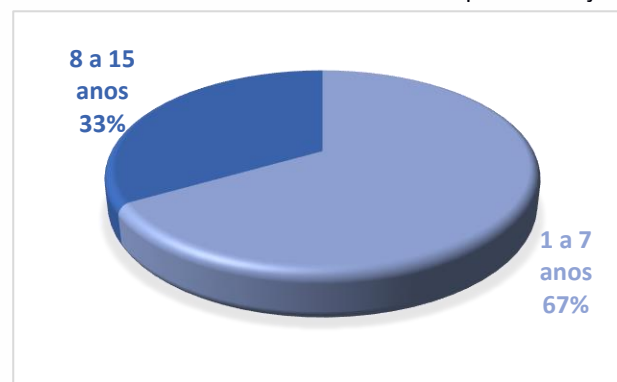
Logo, o tipo de pesquisa aqui referenciado apresenta-se como adequada ao objetivo do estudo, pois se almeja, entre outros fins, identificar de que forma está sendo feita a inclusão da pessoa autista nas salas de ensino regular, verificar quais metodologias os profissionais de rede pública utilizam para receber alunos com essa síndrome, e compará-las com as utilizadas no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Para Dyniewicz (2009), a abordagem qualitativa nos mostra a realidade com maior propriedade, a partir das vivências das pessoas, sob a

óptica de quem a vivencia. Já Fonseca (2002), caracteriza o estudo de caso como “o que visa conhecer na profundidade determinada entidade, sistema educativo ou programa, procurando descobrir sua essência e suas características”. O autor define a pesquisa de campo como sendo aquela caracterizada pelas investigações em que, além de bibliográfica e documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas com o resumo de diferentes tipos de pesquisas.

ANALISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO

GRÁFICO 01: Percentual referente ao tempo de serviço.



FONTE: Pesquisa campo (2022).

Quanto ao tempo de serviço dos entrevistados, o gráfico nos expõe que 67% deles têm de 1 a 7 anos de serviço, e 33% deles têm de 8 a 15 anos ou mais de serviço. Os dados revelam que a maioria dos educadores possuem menos de oito (8) anos na prática de ensino. O tempo de atuação desses docentes em sua área de trabalho, contribui para o seu aprimoramento profissional, tendo em vista que trabalhar com alunos com necessidades especiais, mais especificadamente com autistas, requer conhecimento em todas as áreas para identificar em qual delas o aluno tem mais dificuldade e em quais se destaca. Porém, os novos profissionais, que possuem pouco tempo de carreira, não têm deixado de exercer suas funções com excelência, uma vez que a boa vontade de trabalhar tem sido maior e estes procuram sempre conhecer além.

GRÁFICO 02: Formação e Especialização.



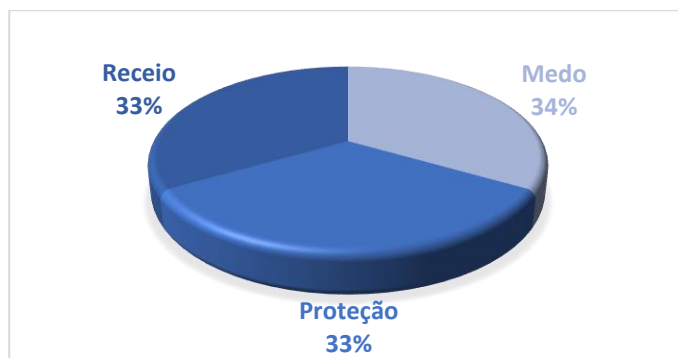
FONTE: Pesquisa campo (2022).

Quanto à formação e especialização dos profissionais entrevistados, nota-se que 67% dos professores possuem formação, mas somente 33% têm especialização na área da Educação Especial, o que é bom; visto que vão trabalhar com o diferente.

A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar o papel de formador e de formando. Com isso, a formação do professor deve ser um processo contínuo, o profissional buscará sempre manter-se atualizado e se especializando para que o ensino-aprendizagem seja o mais eficiente possível. (FREIRE, 1987, p.50)

O que vemos é que apenas menos da metade tem especialização, ou seja, estão realmente inteirados das dificuldades e dos desafios de ter em sua sala de aula um aluno com dificuldades especiais, mesmo assim o ideal seria que tanto os profissionais especializados quanto os graduados tivessem formação continuada especificamente em Transtorno do Espectro Autista como já existe em vários lugares.

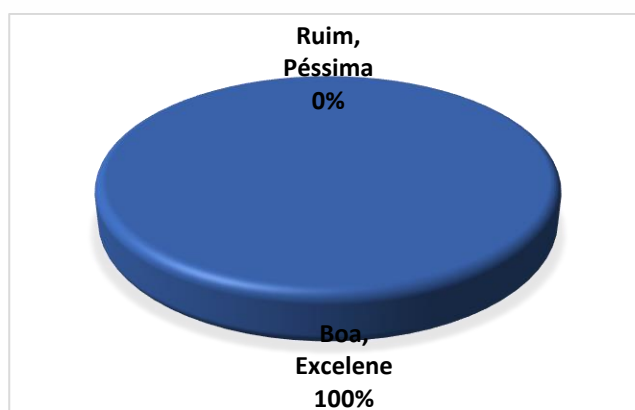
GRÁFICO 03: Sentimentos ao receber um aluno com Transtorno do Espectro Autista



FONTE: Pesquisa campo (2022).

No gráfico 03, analisaram-se as expectativas e os sentimentos dos professores diante da vinda dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, fazendo uma comparação entre os professores da sala regular do atendimento educacional especializado e a instituição APAE e constatamos sentimentos fortes. Onde 33% dos entrevistados têm medo e 34% têm receio do desconhecido, do diferente, porque por mais que eles tenham conhecimentos teóricos e a prática que produz resultados. No mesmo nível está o sentimento de proteção, que é um sentimento de carinho e cuidado, e que abre a porta de confiança, o ponto crucial do relacionamento professor e aluno.

GRÁFICO 04: Quanto a participação da família na escola.



FONTE: Pesquisa campo (2015).

Neste gráfico 04, estão representados os dados referentes ao relacionamento da família com os professores, quanto ao Transtorno do Espectro Autista e

apesar de alguns professores não estarem tão preparados para receber esses alunos em suas salas de aula, 100% dos entrevistados responderam terem um bom relacionamento e todo apoio da família.

A família deve se esforçar em estar presente em todos os momentos da vida de seus filhos. Deve estar atenta a dificuldades e estar pronta para intervir da melhor maneira possível, visando sempre o bem de seus filhos. Em outros termos, a família deve ser o espaço indispensável para garantir a sobrevivência e a proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se vêm estruturando (KALOUSTIAN, 1988 p.22).

Para o autor, é indispensável a presença dos pais na escola, pois a educação familiar é um fator importante na formação da personalidade da criança, desenvolvendo sua criticidade, ética e cidadania; refletindo diretamente no processo escolar.

DISCUSSÃO DOS DADOS QUALITATIVOS

Ao serem questionados sobre os métodos pedagógicos que eles utilizam na sala de aula para avaliar as crianças, obtiveram-se as seguintes análises: a maior parte dos docentes utiliza ilustrações que despertam o interesse das crianças, utilizam ainda a pintura, recorte, colagem e jogos educativos, afirmando que estes irão fazer com que haja a interação social de seus alunos. Ao serem indagados sobre quais áreas de desenvolvimento a criança teve mais necessidade interventiva, os professores responderam que é na interação social, tendo em vista que pessoas com este transtorno de desenvolvimento têm dificuldades para se relacionar com outras pessoas.

Quanto a adaptação dos docentes à necessidade da criança, todos afirmaram que não foi muito fácil no começo, mas com o passar do tempo, ao passarem confiança aos alunos, estão obtendo um bom

resultado. Quando questionados sobre quais são suas expectativas em relação ao aluno autista, os professores avaliaram como as melhores possíveis, e que apesar das dificuldades, eles (alunos) são muito bem assistidos pela família e escola. A professora do AEE destacou ainda que espera que brevemente este aluno possa frequentar o ensino regular.

Frente a essas considerações, nota-se que o processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista, em algumas situações possuem certas limitações no que diz respeito à interação social e à adaptação dos alunos ao ambiente escolar. Para os professores entrevistados, lidar com comportamentos inadequados quanto à adaptação desses alunos não é fácil, e que muitas dessas crianças que frequentam o Atendimento Educacional Especializado ainda têm um longo caminho a percorrer até poder frequentar o ensino regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo buscar entendimento de como está sendo feita a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na sala regular de ensino, através de material bibliográfico, além de um estudo de campo. A presente pesquisa não tem o intuito de finalizar o estudo sobre inclusão, até porque em nossos municípios este é um caminho ainda bem curto.

Conclui-se, segundo a pesquisa bibliográfica, que ainda há um caminho longo para que ocorra verdadeiramente a inclusão, sendo necessárias muitas mudanças não só físicas no ambiente escolar, como também no interior do ser humano, para que todos se conscientizem com relação à inclusão.

O que se constatou com relação às análises dos dados é que no geral as perspectivas da inclusão do autista são boas. Respostas dos professores como: acolhida, apoio e relacionamento com a família, participação da escola e dos funcionários são bastante favoráveis à inclusão. Mas que também existem muitos

alunos com transtorno que mesmo estando numa sala multifuncional, e estar funcionando na escola regular, não estão frequentando a sala regular por razão de que a família e alguns professores consideram que o aluno não está apto para esse passo.

É fundamental que em classes regulares com elevado número de alunos, o educador contasse com um auxiliar para que pudesse dividir responsabilidades em busca de melhores resultados, porque este mediador terá sua atenção direcionada às necessidades específicas desses alunos, como objetivo sempre de incluí-los. Para isso, os pais e responsáveis devem buscar uma escola que favoreça o desenvolvimento dos seus filhos com transtorno, seja especial ou regular.

Deve-se também ter o cuidado com casos nos quais se considera estar fazendo inclusão, mas que na verdade se estar apenas inserindo o autista no meio escolar, o que acontece muitas vezes e a comparação não declarada com o aluno “dito normal” e aí rotulam os deficientes como incapazes.

Vê-se que várias leis, decretos, portarias e documentos legais estão aí para dar suporte e regulamentar a inclusão do aluno com transtorno, mas não bastam só leis, porque só elas não são garantia de inclusão, é preciso que todos queiram e busquem estar preparados para conviver, sem discriminação, com alunos com necessidades especiais.

Nesse sentido, é imprescindível que cada professor possa refletir e questionar sobre suas práticas pedagógicas, quais os melhores métodos para trabalharem com esses alunos tão especiais. Na pesquisa, foi dada a sugestão do método Teacch que, segundo estudos, tem atingido melhores resultados, todavia; cada um deve e pode adaptá-lo a sua sala de aula e às necessidades de seus alunos.

Ainda há muito que se trabalhar para que a inclusão seja de fato uma realidade para todos e em todas as escolas brasileiras, principalmente para os alunos com Transtorno do Espectro Autista, e o primeiro passo é vencer o preconceito, enxergando

primeiramente o ser humano e não a deficiência, e assim dar oportunidade para todos convivermos com as diferenças.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Ver. Téc. Aristides Volpato Cordioli et al. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 25 Jun 2023

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2009.

BOSA, C. A. **Autismo: intervenções psicoeducacionais**. Revista Brasileira de Psiquiatria, 28, 47-53, 2006.

KANNER, L. **Os distúrbios Autísticos do contato afetivo**. In Rocha, P.S. (org.) *autismos*. S. Paulo: Editora Escuta, 1997.

DYNIWICZ, Ana Maria (2009). **Metodologia da Pesquisa em Saúde para Iniciantes**. Editora Difusão.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008.

VASQUES, C. K. **Um coelho branco sobre a neve: estudo sobre a escolarização de sujeitos com psicose infantil**. 2003. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

AZEVEDO, F. **Ensinar e Aprender a Escrever através e para além do Erro**. Porto: Editora Porto, 2006

WILLIAMS, Chris e WRIGHT, **Barry, convivendo com o autismo e síndrome de asperger: estratégias práticas para pais e profissionais**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2008.

SCHWARTZMAN, José Salomão et.al. **Autismo Infantil**. São Paulo: Editora Memnon, 1995. P.285